

II

Perspectiva indígena sobre projetos, desenvolvimento e povos indígenas. Entrevista com Valéria Paye Pereira Kaxuyana e Euclides Pereira Macuxi

Cássio Noronha Inglez de Sousa¹

Apresentação

No Grupo de Trabalho (GT) “Povos indígenas, projetos e desenvolvimento”, ocorrido na X Reunião da Associação Brasileira de Antropologia – Norte e Nordeste (Abanne), em Sergipe (2007), foram realizadas diversas apresentações de antropólogos que abordaram temas variados relacionados à temática dos projetos, povos indígenas e desenvolvimento.

Na ocasião, além dos antropólogos, também participaram das discussões como “debatedores” dois representantes indígenas, ambos com longa trajetória no movimento indígena.

Euclides Pereira, do povo Macuxi de Roraima, atua no movimento indígena desde os anos 1980. Fez parte da coordenação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (Opir). Também tem destacada participação no movimento indígena regional e nacional na direção Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) por dois mandatos. Professor indígena de profissão, já lecionou e dirigiu escolas indígenas na Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol e São Marcos. Além disso, também tem grande experiência em execução de projetos de base comunitária. Ocupa o cargo de gerente técnico dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), desde o início de 2007, tendo sido indicado para o cargo pela Coiab.

1 Cássio Noronha Inglez de Sousa é antropólogo, assessor técnico do PDPI (2003 - 2008) e atualmente trabalha de forma independente em avaliação de impactos socioambientais, elaboração e monitoria de projetos e assessoria institucional na área indigenista.

Valéria Paye Pereira é representante do povo Kaxuyana e Tiriýó do Parque do Tumucumaque, norte do Pará. Auxiliar de enfermagem de formação, trabalhou vários anos no Posto de Saúde Indígena da aldeia Missão Tiriýós. Começou sua participação no movimento indígena nos anos 1990, na Associação dos Povos Indígenas do Parque do Tumucumaque (Apitu), organização da qual foi tesoureira e secretária. Fez parte do conselho deliberativo e fiscal da Coiab, representando o estado do Amapá. Sua atuação no movimento de mulheres indígenas é amplamente reconhecida, tendo sido uma das fundadoras do Departamento das Mulheres Indígenas da Coiab, sendo eleita uma das coordenadoras do departamento entre 2005 e 2007. É gestora de projetos indígenas, formada no primeiro curso do PDPI e tem grande experiência de elaboração, execução e acompanhamento de projetos indígenas. Desde o início de 2008, é a coordenadora da representação da Coiab em Brasília, participando ativamente na consolidação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Após cada bloco de três apresentações de trabalhos dos antropólogos feitas durante o GT, a palavra era aberta para os debatedores indígenas tecerem suas considerações. O resultado deste formato foi extremamente positivo, pois além de trazerem todo o seu conhecimento e suas considerações sobre os temas apresentados, os debatedores também dinamizaram as discussões ao estabelecerem um permanente vínculo entre as discussões e os desafios práticos enfrentados pelos povos indígenas brasileiros.

A ideia desta entrevista foi resgatar a riqueza desta experiência, garantindo a participação da perspectiva dos debatedores indígenas na publicação, ao lado do material produzido a partir das apresentações.

A definição dos temas abordados na entrevista foi orientada pelos assuntos que mais se destacaram durante os debates realizados no GT e pelos comentários feitos pelos debatedores na ocasião: relação entre Estado e sociedade nacional e povos indígenas, interface entre modelos de desenvolvimento e povos indígenas, políticas públicas indigenistas, organizações e movimento indígena, programas de apoio a execução de projetos, gestão burocrática de organizações e projetos e, por fim, relação entre o trabalho dos antropólogos e os povos indígenas brasileiros.

Com base num roteiro de questões, foram realizadas entrevistas separadas com cada um dos debatedores. O resultado deste diálogo foi transcrito e colocado em formato de texto, para apreciação dos debatedores do material completo. Com base neste texto inicial, foram mantidos contatos diversos, através de mensagens eletrônicas, telefonemas e encontros pessoais, para assimilar seus comentários e sugestões sobre o conteúdo final das entrevistas.

Apesar das entrevistas terem sido realizadas separadamente, optamos por agrupar as respostas, visto sua afinidade e o aspecto complementar das reflexões.

O texto que se segue, portanto, é fruto deste processo de diálogo e objetiva trazer a riqueza das reflexões indígenas sobre o tema “Povos indígenas, projetos e desenvolvimento” de forma geral, assim como em relação às discussões realizadas durante o GT da Abanne.

Cássio Inglês de Sousa

No GT “Povos indígenas, projetos e desenvolvimento” foi discutida a questão do desenvolvimento que envolve um conjunto diversificado de ideias, práticas e agências, mas que, de maneira geral, tem orientado a ação dos Estados e das sociedades nacionais nas últimas décadas, tendo efeitos claros sobre os povos e comunidades indígenas.

Durante o GT, várias apresentações abordaram aspectos do desenvolvimento que vocês puderam debater. Qual sua percepção sobre a relação entre o Estado Nacional e a sociedade brasileira com os povos indígenas? Qual sua percepção sobre esta relação nas últimas décadas? E a questão do desenvolvimento, como você avalia a relação dos povos indígenas brasileiros com o desenvolvimento, em suas diversas manifestações?

Também foi discutido o bem-estar das comunidades indígenas e como isso tem moldado um conceito de desenvolvimento, utilizado pelas organizações e pelo movimento indígena. Houve uma apresentação sobre a inclusão de uma comunidade indígena Apurinã, no Acre, no Programa Luz para Todos. O acesso à energia elétrica e seus benefícios é considerado um elemento do dito “desenvolvimento capitalista”. Outro trabalho abordou a questão da inclusão digital dos Pataxó do sul da Bahia, outro elemento relevante para o modelo de desenvolvimento. Qual sua percepção sobre a apropriação indígena dos elementos do desenvolvimento nacional? Como é isso na sua percepção?

Euclides Pereira

A relação dos povos indígenas e o Estado brasileiro, nesse aspecto do desenvolvimento, é um reflexo do processo histórico de ocupação do território nacional e da forma como foi estabelecida a colonização do Brasil.

No período do “desenvolvimento”, é possível perceber uma forte tendência de priorização do capital, da geração de lucros, muito mais que o desenvolvimento social. A grande preocupação é com a produção, as vendas, as riquezas e a geração de lucros, deixando de lado a maior parte da sociedade, que fica alheia à participação nos benefícios econômicos do nosso país.

Esse processo também tem afetado diretamente a relação que se estabelece entre a sociedade nacional e os povos indígenas. As forças do desenvolvimento voltado para a produção, geração de riquezas e de capital, que prioriza o crescimento econômico sem a devida preocupação com a distribuição de benefícios, também chega às comunidades indígenas.

Esse tipo de pensamento e essa forma de ação também têm influência dentro das comunidades indígenas. Os povos indígenas também querem beneficiar-se dos resultados do desenvolvimento, também querem ter acesso aos resultados da produção, ao consumo. Porém, encontram uma grande dificuldade de acesso aos produtos do “desenvolvimento”.

Além disso, há também um conflito de ideias, pois a relação da divisão das riquezas de forma igualitária, como encontramos nas culturas indígenas, que proporciona uma divisão dos bens entre todos os membros da comunidade, não corresponde ao que se encontra no “desenvolvimento”.

Mais recentemente, temos observado nas discussões das organizações indígenas (OIs), uma certa abordagem do conceito de desenvolvimento, incluindo aspectos relativos à geração de riqueza. Nesta discussão, também está incluída a preocupação sobre a forma como as populações indígenas se utilizam das riquezas naturais que existem dentro das TIs. Na verdade, para os povos indígenas, essa ideia de desenvolver, de produzir bens, de ter recursos, deve estar muito refletida na questão da cultura indígena, de como produzir essa cultura de bem-estar da comunidade, da subsistência. Não subsistência de carência, mas de ter o necessário. Acho então que essa ideia de desenvolvimento, que os povos indígenas estão discutindo, de certa forma, deve se sobrepor a ideia que o Estado tem de desenvolver, de apenas gerar riquezas, de explorar as riquezas naturais ao máximo para produzir essas riquezas, sem a devida preocupação com os aspectos sociais e de bem-estar da população.

Existe também esta questão das tecnologias geradas pelo desenvolvimento. Eu penso que estas tecnologias podem ser um benefício na produção do conhecimento e do bem-estar indígenas, sem necessariamente representar problemas para sua cultura e modo de vida. Por exemplo, a energia elétrica, a Internet, esses meios de comunicação são bens que podem produzir bem-estar para as comunidades indígenas. Esse benefício vai depender da forma como estas tecnologias são utilizadas.

Esta utilização das tecnologias e benefícios do “desenvolvimento” para atender às necessidades indígenas, são discussões que também os próprios povos indígenas realizam neste novo cenário. Discute-se a possibilidade de usufruir dos benefícios produzidos por conhecimentos de povos não indígenas, para contribuir com o bem-estar das populações indígenas, desde que apropriadas dentro de sua própria cultura.

Lembro o caso do povo do Xingu, na área kuikuro, por exemplo, onde existe telefone, Internet, televisão. Essas tecnologias dos não indígenas são apropriadas pelos Kuikuro para gerar bem-estar nas comunidades. Inclusive utilizam máquinas filmadoras exatamente para registrar a cultura indígena, para fortalecer a transmissão dos conhecimentos para as novas gerações. Ou seja, as filmadoras e os materiais gerados a partir delas têm a prioridade de contribuir com a cultura e a transmissão de conhecimentos indígenas e não para comércio ou para a sua venda.

A minha visão é que as tecnologias ou os elementos do “desenvolvimento” são iguais para índios e não índios, porém há diferentes formas de utilização. Um caminhão, por exemplo, é igual para índios e não índios. Porém, os indígenas vão utilizar o caminhão da forma deles, dentro de suas prioridades, voltado para atender às suas necessidades, procurando gerar o bem-estar para suas comunidades. É diferente do não indígena, que está sempre preocupado em aumentar a produção.

Eu acho, portanto, que esses benefícios do desenvolvimento, à medida que vão alcançando outros povos, podem ser positivos. Acho que não há necessariamente uma “perda”, para os povos indígenas, por conta da questão do desenvolvimento, desde que sejam respeitadas as distintas formas de se apropriar desses benefícios. No caso indígena, a prioridade é o bem-estar de suas comunidades, que é distinto do bem-estar dos não índios.

Valéria Paye Pereira

Primeiramente, obrigado pela oportunidade de participar neste debate, que é a continuidade de um trabalho que garante a participação das lideranças indígenas nas discussões do meio acadêmico, proporcionado a partir das atividades da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Na primeira pergunta, sobre a relação entre o Estado e a sociedade brasileira com os povos indígenas, acho que a participação dos povos indígenas vêm aumentando e o relacionamento se intensificando. A gente visualiza esse aumento principalmente a partir da Constituição de 1988, porque o que se percebeu é a mudança de atitudes e também o estabelecimento de um processo de diálogo.

No que se refere ao período anterior, o grande discurso ou a grande intenção do Estado brasileiro era de que os povos indígenas uma hora acabariam e eles estariam inseridos na sociedade como qualquer cidadão. Nesse período anterior à Constituição, tudo que se pensou em fazer com os povos indígenas teve essa orientação. Então, todas as atividades que eram desenvolvidas com os povos indígenas eram para que esse objetivo – o de transformar os povos indígenas em cidadãos iguais aos outros – algum dia fosse realizado.

Porém, o que a gente vê é que, na verdade, isso nunca aconteceu e nunca irá acontecer. Os povos indígenas continuarão aí, com a sua diversidade cultural, diversidade de línguas etc. Desta forma, o Estado teve de mudar a relação com os povos indígenas e não fazer mais as atividades por eles, mas fazer as atividades com eles, discutidas com eles. Isso a gente começou a perceber de fato, como eu disse, só depois da Constituição de 1988.

Até hoje, o que percebemos da relação dos povos indígenas com a sociedade brasileira é que o povo brasileiro não conhece a diversidade dos povos indígenas. Nos últimos anos, temos percebido muito esse processo, que ficou muito claro, por exemplo, durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima. Durante todo o processo do julgamento – que foi longo e desgastante –, observamos todas as manifestações que apareceram na mídia, na imprensa e em outros meios de comunicação, que demonstraram uma clara falta de conhecimento sobre os povos indígenas.

Foram manifestações de toda natureza, mas, principalmente, relacionadas à questão do espaço e da terra. O entendimento que a sociedade brasileira tem sobre a ocupação do território é muito diferente da perspectiva dos povos indígenas. O espaço não é só uma terrinha, mas sim o local necessário para os povos indígenas sobreviverem, que depende de espaço para ser ocupado e utilizado, onde haja diversidade, possibilidade de realização das atividades tradicionais, de manifestação de cultura indígena.

Todos esses aspectos, que são fundamentais para os povos indígenas, são muito difíceis para a sociedade brasileira como um todo entender. Portanto, para os povos indígenas o território é a questão mais ampla e inclui todos os outros pontos. Neste caso, há uma falta de conhecimento por parte da sociedade brasileira.

Há outros problemas, por exemplo aqueles relacionados à questão da discriminação mesmo. Os índios são empecilhos para a nação e seu desenvolvimento, são ameaça à segurança nacional etc. Isso não é falta de conhecimento. Para mim, isso é falta de respeito! São posições de algumas pessoas que não querem deixar de ter privilégios e que repassam para a imprensa suas opiniões. Não tem a ver com falta de conhecimento.

Nessa perspectiva, percebemos a importância de que nós – povos indígenas – devemos pensar e realizar mecanismos de levar informações e divulgar a diversidade dos povos indígenas do Brasil para a sociedade brasileira. É preciso cumprir este nosso papel de levar as informações sobre os povos indígenas e sua diversidade para a sociedade brasileira.

Como povo indígena, a gente vê a importância de realizar esse papel de informar. Veja essa participação na Abanne nesse sentido. As ações da ABA na

perspectiva de não só ficar com as informações que têm para si, mas levar ao conhecimento do nosso povo, do nosso povo brasileiro, porque o que a gente realmente vê é essa falta de conhecimento da sociedade nacional em relação aos povos indígenas.

A outra questão é relativa ao desenvolvimento. Como esse desenvolvimento se relaciona com os povos indígenas? Bom, se você for falar só a palavra “desenvolvimento” acho que as concepções são muito diferentes. Até agora a gente fala “Ah, desenvolvimento sustentável”! Mas desenvolvimento sustentável – eu venho da Amazônia brasileira – é o que os povos indígenas sempre fizeram em suas terras. Usufruto do que existe, mas preocupado com o bem-estar e em não acabar com tudo dentro das terras. E o que temos nas TIs é sempre pensando também nas gerações futuras. Então, eu acho que é essa a concepção que a gente tem do desenvolvimento sustentável, que é parecida ao que a gente vê no debate do desenvolvimento sustentável do ponto de vista do “branco”.

Mas tem outro ponto de vista do desenvolvimento, que vem de fora, algo que pensa apenas em lucro, algo que você explora para ter lucro. Eu acho que essa perspectiva ainda é uma grande dificuldade para os povos indígenas, de inserção dentro de suas vidas dessa concepção. Apesar de sabermos que muitos povos indígenas também já precisam de coisas, de mercadorias, que são necessárias para sua vida, dentro das TIs ainda é muito grande a questão de ter para viver, de subsistência e não ter algo apenas como bem numa perspectiva realmente econômica, de lucro.

Cássio Inglez de Sousa

A partir da Constituição de 1988, que foi um marco importante, foram estabelecidos diversos direitos específicos para os povos indígenas brasileiros, o que é considerado um avanço em termos históricos. Principalmente levando-se em consideração o histórico de colonização, de ocupação do território brasileiro. O indigenismo oficial, que antes era concentrado apenas na Fundação Nacional do Índio (Funai) e voltado para a integração dos povos indígenas à sociedade nacional, foi ampliado para diversos outros ministérios. Nesse processo, foram construídas e implementadas várias políticas públicas específicas para os povos indígenas.

Durante as apresentações do GT da Abanne, foram abordados os Programas do Ministério da Educação (MEC), Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind); do Ministério da Saúde (MS), Projeto de Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus) com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa); do Ministério do Meio

Ambiente (MMA), com os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) e a Carteira Indígena; do Ministério das Minas e Energia (MME), com o Programa Luz para Todos e assim por diante. Apesar desse conjunto de iniciativas, muitos afirmam que ainda há uma grande dificuldade de o Estado brasileiro implementar políticas e práticas realmente adequadas aos povos indígenas. Gersem Baniwa, por exemplo, na publicação *Povos indígenas, projetos e desenvolvimento*, de 2007, afirma que, mais do que uma dificuldade há uma resistência histórica nesse sentido. Até, tem uma resistência histórica para essa implantação. Como você avalia esse conjunto de direitos e políticas públicas específicas, voltados para os povos indígenas e conquistados e implementados nos últimos 20 anos, e quais os principais desafios?

Euclides Pereira

Podemos afirmar que existem alguns avanços interessantes com relação a esses direitos específicos. Existe o trabalho com educação diferenciada, a questão da saúde, o direito ao território etc. Existem certas ações concretas e positivas do governo, que de fato podemos observar a partir da Constituição de 1988. Mas a gente também pode observar que, apesar de avanços em termos dos direitos indígenas, ainda existem muitos problemas e resistências por parte do Estado.

Também existe essa dificuldade, da sociedade brasileira como um todo, em aceitar as diferenças culturais e de direito dos povos indígenas, previstas na Constituição de 1988. Acho que estas resistências existem, primeiro pela questão do desconhecimento sobre as culturas indígenas, porque o que é apresentado para a sociedade é um tipo de índio genérico, como se índio “fosse tudo igual” e não estão atentando para o aspecto das diferenças culturais entre os povos indígenas. Acho que a sociedade brasileira de fato não conhece os povos indígenas.

Então, a gente percebe que, dentro do Estado, também tem essa resistência. Percebe-se, que há essa dificuldade e resistência do Estado brasileiro, em trabalhar uma política positiva para os povos indígenas, o que não deixa de ser um reflexo de uma resistência mais ampla da sociedade brasileira como um todo.

Por outro lado, é também preciso reconhecer que há resistências dos próprios povos indígenas em relação à forma como o Estado trabalha. Tomo o exemplo do PDPI e dos projetos indígenas. Muitos projetos não dão certo em algumas áreas indígenas e isso não é apenas uma resistência cultural. Vejo que alguns povos, que têm maior histórico de contato com o Estado e que conhecem melhor sua forma de funcionamento, conseguiram executar melhor seus projetos. Outros povos, que não tinham tanta experiência, tiveram muito mais dificuldade e até resistência em trabalhar com os projetos.

Valéria Paye Pereira

O que a gente vê, nessa questão da construção e implementação das políticas públicas, é exatamente a dificuldade de contemplar os povos indígenas. Primeiro, quero destacar que a questão indígena nunca foi uma prioridade, de fato, para o Estado brasileiro. A temática indígena nunca foi prioridade, tanto é que a gente verifica como se deu esse processo de construção. O Estado brasileiro não é um Estado preocupado em respeitar a diversidade e construir as políticas públicas atendendo minimamente essa diversidade. Então, o que a gente percebe é que todas as políticas são pensadas de uma forma única, de uma forma geral, ou seja, todos os povos são tratados iguais. Enfim, aí os povos indígenas e os demais estão todos neste “mesmo saco”.

Então, a gente tem de lutar, brigando pela implementação de direitos indígenas diferenciados, o que é garantido pela Constituição Federal, que é a Lei que norteia o nosso país. E isso a gente realmente não vê, essa disposição do Estado brasileiro, dos seus governantes, nessa perspectiva, de trabalhar um pouco mais essa diversidade para a construção das políticas públicas.

De 1988 para cá, a gente viu essa questão das ações que eram centralizadas apenas na Funai, sendo distribuídas para diversos ministérios. Isso também, de alguma forma, foi muito difícil para os povos indígenas, porque até hoje a gente não sabe direito que ações são de responsabilidade de quem, onde estão inseridas etc. Algumas ações estão muito claras, mas outras não estão e é comum a gente descobrir ações idênticas que são executadas por diversas destas instâncias.

Nesse processo é que a gente, enquanto movimento indígena, destaca a importância de o governo realizar as ações de forma minimamente articulada. Porque, o que a gente vê é que mesmo essas ações que foram desenvolvidas, alguns projetos que foram executados no âmbito das TIs, foram até uns dez anos atrás realizados de forma muito dispersa. Tinha um monte de ações, todo mundo fazia e podia fazer não sei quantas vezes a mesma coisa. E nunca teve a preocupação de que as atividades fossem feitas pelo mesmo Estado e sem nenhuma articulação. Isso realmente fez com que a gente nunca visse, de fato, os resultados do trabalho. Mais parecia uma competição.

De uns cinco anos para cá, a gente tem reivindicado a importância de o governo se organizar para, de fato, fazer esse trabalho articulado dentro dos diversos ministérios. Uma coisa que a gente vê muito na questão indígena são ações que a gente não chamaria de políticas, mas de tentativas, experiências mesmo. Experiências demonstrativas, como o próprio PDPI diz nesse sentido. Então, a nossa reivindicação é que, em relação a essas ações pontuais, que foram programas, que foram projetos, o Estado precisa analisá-las para que, a

partir dessas experiências, seja construída uma política pública. Que seja construída um política de Estado, não uma política de governo.

Eu acho que esse é o grande nó. Aí vemos a grande dificuldade de inserir nossas prioridades dentro das próprias atividades do Estado. Muitas das atividades que são realizadas, que estão disponíveis para os povos indígenas, acabam existindo porque utilizam recursos vindos de outros países, que não são recursos públicos do Estado brasileiro. Então, acho que isso demonstra que a questão indígena não é tratada, de fato, como questão prioritária dentro do Estado brasileiro.

Então, nesse processo de diálogo com o Estado, uma das grandes reivindicações do movimento indígena é a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista. Há cinco anos o movimento indígena, a partir do Acampamento Terra Livre tem reivindicando a criação deste conselho para o governo brasileiro, muito em função, como eu falei, da questão da dispersão das atividades dentro do Estado. Então, os povos indígenas, a partir das suas organizações, começaram a ver a importância de o Estado brasileiro dispor de uma instância que pudesse nortear as questões de políticas públicas e as discussões de como seriam as decisões do Estado no que se referisse à questão indígena.

Há três anos, foi criado não o conselho, mas uma comissão, a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).² O grande sonho seria o conselho, mas fomos atendidos com este espaço que é a comissão. Um espaço de diálogo onde, na verdade, todo mundo se esforça. Os povos indígenas, através de suas organizações, apostaram muito nessa instância. Mas assim, o que a gente tem visto na verdade, dos povos levarem sua percepção, das lideranças indígenas levarem suas demandas, mas o governo, mais uma vez, colocou essa instância como algo para atender uma reivindicação geral, como algo para ser visto. Porque o que de fato é nossa demanda como movimento indígena, não acon-

2 Fruto de reivindicação histórica do movimento indígena, sendo pauta de todos os Acampamentos Terra Livre desde 2003, a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) foi criada através de Decreto Presidencial (s/n) em março de 2006. A CNPI é composta por representantes governamentais, representantes indígenas de várias regiões do país e da sociedade civil. Seus membros foram definidos em abril de 2007, através de portaria do Ministério da Justiça (789). A Comissão, que deve ser substituída por um conselho nacional, diretamente ligado ao presidente da República, tem o objetivo acompanhar, propor e encaminhar ações diversas de ministérios junto aos povos indígenas, assim como regulamentação específica no Congresso Nacional. Um dos resultados de seus trabalhos é o encaminhamento do Estatuto dos Povos Indígenas para discussão no Congresso em 2008.

tece. A gente continua acompanhando as questões no que se refere à questão indígena e ainda falta diálogo. As questões principais não estão sendo dialogadas, mas sendo tratadas em gabinetes, fora da CNPI, esse espaço que os povos indígenas propuseram e que o Estado brasileiro dispôs.

Apesar de tudo, a gente continua acreditando nesse espaço. Tanto é que o caminho proposto, a reivindicação ainda colocada pelo movimento indígena é a criação do conselho e esse passo está dado. As próprias lideranças, com a ajuda dos seus parceiros que estão também na CNPI, conseguiram nortear a proposta legislativa que foi encaminhada ao Congresso Nacional, para que seja criado o Conselho Nacional de Política Indigenista.

Cássio Inglez de Sousa

Qual a sua análise sobre a emergência das organizações e do movimento indígena nas últimas décadas? Como você vê a atuação dessas organizações na luta pelos direitos indígenas, por um lado, e, por outro, na execução de políticas públicas, de projetos etc. e tal? Qual a sua análise sobre o papel do movimento e das OIs nessa interface com o Estado? Além disso, como você avalia a inserção das organizações, associações e cooperativas indígenas em projetos de geração de renda, mais voltados para o desenvolvimento econômico?

Euclides Pereira

Esse movimento de OIs mais estruturadas, como nós temos hoje, é fruto de um longo processo de luta dos povos indígenas. Em relação ao histórico deste movimento indígena, temos, nos anos 1980, uma articulação de povos indígenas em torno da luta por seus direitos. Naquele momento, vivíamos um cenário de forte violência generalizada contra os povos indígenas, inclusive com o assassinato de muitas lideranças importantes. Apesar das diferenças regionais, tínhamos um cenário que estava “fervendo” e que era muito parecido entre as várias regiões do Brasil.

Começamos nossa luta através da denúncia desta violência e tivemos o apoio de algumas organizações não indígenas. Nossas denúncias começam a ter maior divulgação e respaldo entre as organizações da sociedade civil, mas que não eram indígenas. Essa foi uma contribuição importante destes parceiros, para dar seguimento às nossas denúncias.

Naquele momento, entretanto, não tínhamos organizações estruturadas como as de hoje. O que tínhamos era um movimento mais dinâmico, de mobilização e articulação de comunidades, povos e lideranças de várias regiões pela luta dos direitos indígenas. Era um grupo que conduzia as mobilizações, não ficava concentrado em indivíduos.

A “bandeira” daquele momento era a luta pelos direitos, principalmente pela terra. Muitas das principais OIs que temos hoje, são frutos destas articulações e mobilizações, como o CIR, Conselho Geral das Tribos Ticuna (CGTT), União das Nações Unidas do Acre (UNI-AC), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). E aí a gente tem, a partir do início da década de 1980 principalmente, alguns movimentos com articulação política mesmo, mais geral, entre vários povos.

Na medida em que os direitos indígenas vão sendo discutidos e que a luta das mobilizações indígenas vão se fortalecendo, começa a se cristalizar o movimento indígena. Aos poucos essas articulações foram se estruturando como organização de representação política. Eu acho que aqui a gente, de certa forma, entrou dentro do esquema de organização das sociedades civis, nessa perspectiva da representação dos direitos das comunidades indígenas.

Nesse processo, se fortalece a lógica da representatividade em torno das coordenações das organizações. O papel de representação dos coordenadores passa a ter um destaque maior, diferente do que acontecia antes, quando era o grupo como um todo que conduzia as mobilizações. Isso, de certa forma, fragiliza a articulação na base, porque a representatividade passa a ficar concentrada nos coordenadores das OIs.

Quando a representação indígena passa a ser institucionalizada, os coordenadores passam a ser os porta-vozes do movimento, sendo o foco para a luta pelos direitos. Além disso, com esta institucionalização também aumenta a demanda sobre as OIs, em saúde, educação etc., passamos a ser pontos de referência para estas organizações.

É nesse momento, já nos anos 1990, que estabelecemos uma relação mais direta entre as OIs e o governo brasileiro, particularmente com a Funasa, para a gestão dos projetos de saúde. Não foi por acaso que o governo decidiu fazer este repasse para as OIs, devido a sua visibilidade e proximidade com as áreas e comunidades indígenas. Eu mesmo acreditava, na época, que a gente poderia executar estas atividades, porque estávamos lidando com os nossos próprios povos, assim estaríamos mais próximos e conheceríamos melhor as demandas. Só que ninguém contava, ou tinha a noção clara, das formas burocráticas do governo, com as leis de administração pública. Desta dificuldade de conhecimento, surgiram os problemas na gestão de muitos destes projetos.

A gestão dos convênios de saúde da Funasa e os diversos problemas que estes convênios trouxeram para as OIs foi uma experiência muito ruim para a gente. Muito ruim porque começamos a executar ações do Estado e aí passamos a ficar “amarrados” não só por conta das ações a serem executadas, mas também pelo cumprimento das regras da administração pública. Não há tanta

dificuldade nas ações em si, como realizar cursos, levar medicamentos para as áreas indígenas, contratar pessoal etc. Isso nossas organizações conseguiram realizar bem. O problema principal foi a gestão dos recursos financeiros dentro das regras burocráticas do Estado.

Por outro lado, com os grandes projetos na Amazônia, começam a surgir as associações indígenas que têm uma área de abrangência menor e com um objetivo muito mais específico. Muitas destas associações foram criadas com o objetivo específico de acessar os recursos destes grandes projetos. Isso ocorreu no Mato Grosso e em Rondônia, onde se multiplicaram as associações para acessar recursos de grandes projetos.

Como várias possibilidades de financiamento foram sendo apresentadas, em termos de projetos e recursos disponíveis pelos ministérios e outras instituições de apoio, foi estimulada a criação de associações. A preocupação destas associações já não era mais a defesa dos direitos indígenas, a luta pelo território de modo geral, mas sim o interesse específico da própria associação ou comunidade à qual está ligada.

Portanto, vejo a dinâmica das OIs voltadas para a luta pelos direitos mais gerais dos povos indígenas, enquanto as associações têm interesses muito mais específicos, sem ter uma preocupação geral com o conjunto dos direitos indígenas. As associações estão voltadas para execução de atividades, como uma cantina, uma roça, um projeto comunitário, muito mais do que para a articulação política, que é o papel principal das OIs.

Atualmente, há uma discussão – tanto na Coiab como nas outras OIs – sobre a necessidade de se rever o papel do movimento indígena, que é um papel de articulação política. Eu acho que o movimento indígena vai ter de ser o articulador político, trabalhar na reivindicação dos direitos, mas não na execução das atividades, pois nossa experiência mostra que isso termina engessando as OIs.

Tem ainda um problema sério, que é a dependência financeira que a maioria das OIs enfrenta. Esta é uma discussão que é muito importante para o movimento indígena brasileiro. Tomo como exemplo as discussões em torno da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Alguns pensam que é preciso formalizar a Apib em termos institucionais, outros que não é preciso, que já tivemos uma experiência negativa com o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib), que não deu certo.

Eu vejo que é possível termos uma articulação sem, necessariamente, ter uma organização estruturada em torno dela. Eu experimentei isso no CIR, quando tínhamos comissões e conselhos regionais, nos quais participavam várias lideranças, que acompanhavam as discussões de forma geral.

Quando se institucionaliza esse processo, quando se cria, se legaliza uma organização, acabamos assumindo não só responsabilidades políticas, mas também administrativas, legais e burocráticas. Quando registramos uma organização, passamos a nos envolver com gastos, compromissos com impostos que incidem sobre o funcionamento da organização. Tem um monte de impostos que as organizações passam a assumir, que não são colocados no momento de sua criação. Pelas regras de hoje, são necessários funcionários para trabalhar, uma estrutura física para o escritório, enfim, vários gastos. Por outro lado, as mobilizações e articulações são mais fáceis de serem trabalhadas. Temos várias pessoas, mas não temos tantas responsabilidades financeiras para mantê-las. Isso possibilita mesmo a contribuição financeira das pessoas do movimento indígena.

Muitas organizações recebem apoio financeiro, mas que são destinados para execução de atividades específicas e não para articulação política. O movimento indígena deveria pensar em estruturas mais leves, mas que garantam sua autonomia política, que garantam sua luta pelos direitos. É preciso enfrentar a discussão sobre o quanto custa estas organizações. É preciso se perguntar quanto custa a máquina. É importante trabalhar com uma estrutura deste jeito, grande e pesada, ou devemos pensar em uma estrutura mais leve para estimular o desenvolvimento das regiões? Com quanto cada contribuinte deve colaborar?

É preciso ter clareza sobre os objetivos da organização e evitar estruturas grandes e pesadas, mas pouco qualificadas. É importante ter um quadro menor, mas melhor qualificado e que tenha competência para executar as ações. Uma organização não pode existir apenas para “dar emprego” para nossos parentes, tem que executar as tarefas.

Existem algumas alternativas para manter a organização, como, por exemplo, mobilizar as bases com pequenas contribuições ou buscar contribuições da sociedade civil, para que as organizações possam funcionar. Também da gestão de nossos recursos naturais, poderia sair uma parte para sustentar nossas organizações. Mas a sustentação econômica é, de fato, um desafio para nossas OIs.

Valéria Paye Pereira

O papel das organizações e do movimento indígena, na implementação das ações do governo, é muito importante. O movimento indígena, a partir das conquistas de 1988, tem aprendido muito, tem apanhado muito também, na perspectiva de ver as ações de políticas públicas acontecerem. Isso a gente realmente viu, principalmente na Amazônia brasileira, com a questão da construção ou a operacionalização das ações dos Distritos Sanitários

Especiais Indígenas (DSEI). Eu acho que esta foi uma grande experiência, na perspectiva de “realização”. As OIs passaram de pessoas, de entidades que defendem as questões e os direitos indígenas, para executores dessas atividades. Algo que é de responsabilidade do Estado e não de entidades, nem da sociedade civil.

Com isso, acho que várias das nossas organizações tiveram problemas, até porque a gente nunca soube lidar com essa questão burocrática, não houve um entendimento, não houve a mínima capacitação nesse processo. Acho que isso não só afetou as OIs, como as organizações não-governamentais (ONGs) indigenistas que estavam do nosso lado no processo anterior, nessa caminhada da luta pela defesa dos direitos indígenas. Atualmente, a gente tem revisto um pouco essa questão. Pensamos sobre a importância de se voltar, aos poucos, à efetivação e à realização desses trabalhos pelo próprio Estado. O Estado é que tem de se organizar para assumir e não passar as suas responsabilidades para terceiros. Acho que, nesse momento, a gente está nesse processo. Temos várias organizações que ainda executam as ações de Estado, nessa perspectiva de melhoria das condições das próprias comunidades indígenas.

Quando se fala da questão das OIs, vemos o que realmente o Estado colocou para os povos indígenas, que o caminho seria de as associações executarem elas mesmas os seus projetos. Então, a gente vê agora um número grande de associações que foram criadas em função de determinados projetos, como, por exemplo, a Carteira Indígena, Projeto PDPI, “Projeto não sei o quê”. Para cada projeto que se criava, parece que a demanda passada aos povos indígenas era que teriam de dispor de uma organização para implementar. Com isso, temos mais de 400 organizações só na Amazônia brasileira.

Então, se perde um pouco o sentido do que seja uma OI. Com isso, também vemos que o Estado brasileiro não respeita a forma própria da organização, porque os povos indígenas têm sua organização tradicional. Está dito na Constituição que isso é um direito, mas em nenhum momento o Estado preocupou-se com isso. É o contrário do que eu acabei de dizer, fomenta a criação de organizações com *status* imposto pelo próprio Estado brasileiro que é um presidente, um conselho, enfim... Esta é a estrutura que a gente conhece e que está cada vez mais presente dentro das associações e com isso também dentro das TIs.

Cássio Inglez de Sousa

Ao considerar o atual contexto das associações, organizações e movimento indígena em geral, uma realidade de grande relevância são os projetos e a sua gestão. Falamos sobre o conjunto de políticas públicas e programas de financi-

amento a projetos indígenas, como PDPI, Carteira Indígena, Iniciativas Comunitárias/Vigisus etc. Podemos também somar uma série de iniciativas de cooperação internacional e de ONGs nacionais e internacionais, de fomento a projetos indígenas. Durante o grupo de GT da Abanne de Sergipe, o antropólogo Luís Roberto de Paula apresentou um trabalho, no qual fez um panorama geral do conjunto dessas políticas, com um balanço geral de projetos e programas de apoio a povos indígenas.

Por outro lado, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, em sua apresentação sobre a participação indígena nas iniciativas do PDPI, citou o antropólogo Bruce Albert, que destaca o termo do “mercado de projetos” para descrever este conjunto de possibilidades de financiamento de projetos e seu impacto sobre as OIs. Para ele, a emergência das OIs tem relação importante com a disponibilidade de recursos para financiamento para projetos indígenas. O “mercado de projetos”, portanto, seria esse conjunto possibilidades de financiamento que, segundo o antropólogo, teria estimulado a formação e a constituição de OIs, que competem por esses recursos. O que você tem a comentar sobre essa ideia de mercado de projetos e como que você avalia o protagonismo dos povos e das OIs no acesso a esses recursos e na implementação de projetos e experiências específicas?

Euclides Pereira

Em primeiro lugar, vejo a importância de todas as mobilizações de reivindicação por direitos indígenas, principalmente demarcação de TIs. Além disso, também as mobilizações para divulgar denúncias de violência contra os povos indígenas, inclusive violência física ou violência institucionalizada, como a gente sempre costumava dizer. Toda essa mobilização possibilitou que vários representantes de OIs fizessem uma campanha nacional e internacional sobre essas reivindicações. Isso possibilitou que muitos representantes indígenas fossem para o exterior, principalmente para a Europa, para fazer a divulgação desses problemas. Nesse processo, aproveitou-se para, ao mesmo tempo, buscar apoio, inclusive financeiro, para as OIs.

Podemos citar dois exemplos importantes deste processo: o CIR e a Foirn. Temos uma situação em que tanto o CIR como a Foirn tiveram acesso a apoio externo neste período, mas com situações diferentes. O CIR tinha muito mais vínculos com organizações de apoio e parceiros ligados à Igreja, porque o CIR estava ligado diretamente ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A linha de atuação do Cimi e do CIR estava mais ligada à defesa dos direitos indígenas. Basicamente, portanto, o apoio que recebiam vinha de organizações, inclusive internacionais, que tinham mais afinidade institucional com este tipo de iniciativas.

A Foirn, por sua vez, que já tinha uma forte parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), buscava apoio para o desenvolvimento de projetos e propostas concretas. A Foirn teve mais acesso a recursos externos, de países como a Áustria e a Alemanha. Alguns municípios da Alemanha apoiaram diretamente a iniciativa do movimento indígena. Então, acho que com todas essas demandas e projetos, a Foirn foi tendo mais visibilidade, aparecendo mais, inclusive nos países europeus.

Esta situação, que no início era mais ligada a instituições, a ONGs e a organizações de apoio, foi ganhando destaque e chegou a tal ponto que a demanda por recursos para povos e OIs, começou a refletir e passou a ser incorporada pelos próprios governos da Europa e outros países.

E daí que começam os grandes programas de apoio a projetos indígenas. Portanto, passam a surgir possibilidades de financiamento em todos esses países que foram visitados por representantes indígenas, onde fizeram a divulgação de seus manifestos e foram buscar apoio. Inglaterra, Alemanha, Áustria e outros países, começam a apresentar, dentro dos seus programas de governo, recursos públicos para apoiar as iniciativas indígenas.

Por outro lado, na discussão realizada na Eco-92, a gente percebe que os governos começam a apresentar um pouco mais a preocupação para apoiar as iniciativas indígenas, mas relacionadas à proteção das TIs. Isso também possibilitou buscar esse apoio e as portas se abriram para fazer uma coisa muito mais ampla com o próprio governo brasileiro. Numa das vezes que fui para a Europa, em viagem de divulgação da questão indígena e em busca de parcerias, a discussão era: “se o Brasil tem recursos, como é que o Brasil não consegue apoiar as iniciativas dos povos indígenas?”

Portanto, foi principalmente o movimento indígena que conduziu essa discussão de acesso aos recursos. Essa foi uma construção coletiva do movimento indígena. Conforme fomos conquistando parcerias e reconhecimento no exterior, junto a organizações, os governos estrangeiros também se envolveram. Depois disso, o próprio governo brasileiro se sensibilizou e passou a apoiar programas e projetos indígenas.

Valéria Paye Pereira

Acho que o acesso ao mercado de projetos é um pouco o que acabei de falar. A gente não tinha feito uma avaliação nessa perspectiva, mas de fato essa questão de projetos para os povos indígenas realmente foi um dos pontos para que organizações fossem criadas. As organizações, muitas vezes, foram criadas em função de acessar esses projetos. E os objetivos de várias organizações tem sido realmente esse: acesso a projetos.

As associações só existem em função desses projetos. Quando não tem projetos, essas organizações acabam perdendo o sentido. Temos várias experiências nesse sentido. Então, precisamos refletir sobre a forma como é levada a questão do projeto para dentro das comunidades e das TIs. Enfim, estão gerando essa grande competição pelo acesso a esses recursos.

A gente tem visto, principalmente na Amazônia brasileira, os diversos projetos acessados pelos povos indígenas, mas que, de fato, ainda não conseguimos visualizar os resultados dos recursos aplicados nas TIs. O que quero destacar também é que isso talvez seja em função da Amazônia e da sua imensidão, porque em outras terras, em outras partes do Brasil, conseguimos ver resultados. De alguma forma, nessas outras regiões, muito menos recursos são aplicados, mas, mesmo assim, eles têm feito a diferença nas TIs, para os povos indígenas.

A gente realmente poderia falar um pouco das experiências do Nordeste, algo que as OIs estão implementando em seu benefício e isso de fato pode ser visualizado. Tudo feito com pouco recurso. Se fosse para outros povos aplicarem, não sei qual seria o resultado disso, mas os povos indígenas no Nordeste assumiram e você consegue ver esses resultados.

Então, é essa diversidade de questões que a gente precisa considerar quando se fala da questão dos projetos. No que se refere à questão de projetos econômicos, os povos indígenas têm algumas atividades muito claras. Nós mesmos, a partir da Coiab, já tivemos as experiências, por exemplo, com a comercialização dos artesanatos indígenas. Como eu sempre digo, por falta de entender o mercado, a questão do lucro, nós, os povos indígenas, continuamos vendendo nossos artesanatos apenas para nossa subsistência. E isso é independente de projetos. Com projetos, sem projetos, os povos indígenas sempre vão fazer isso. É o que a gente realmente consegue visualizar desses projetos econômicos.

Cássio Inglez de Sousa

Há alguns anos, havia uma grande dependência de técnicos, antropólogos ou assessores externos não indígenas, tanto na luta pelos direitos, quanto na execução de programas e projetos. Atualmente, o quadro é bem distinto. O movimento indígena já ganhou experiência de liderança, já existem muitos indígenas formados. De certa forma, os indígenas estão passando a ocupar espaços ou cargos que antes eram assumidos pela assessoria não indígena. Qual impacto desta situação para o perfil da assessoria não indígena? Qual sua avaliação sobre a assessoria de técnicos não indígenas, bem como parceiros – ONGs indigenistas e outras instituições – no que se refere à implementação de projetos e de gestão das OIs?

Euclides Pereira

Estou vendo a situação sempre nesses dois momentos. A primeira linha de parcerias se dava muito mais na defesa dos direitos indígenas mesmo. Esse era o foco principal do Cimi, que era a luta pelo direito dos povos indígenas. A segunda linha de parcerias, citando o exemplo do ISA, era um pouco mais focada em sugerir e construir propostas. Não adianta só você reclamar que está sendo violentado, que as TIs estão sendo invadidas. Que proposta você vai apresentar para a gente?

Também aqui podemos lembrar, em 2000, o caso de Coroa Vermelha³ e aquela discussão do Cimi e de outras entidades que apoiavam o movimento indígena. Na verdade, essas discussões definem o marco entre o que se espera de parcerias não indígenas. Ali foi o momento em que percebemos a filosofia de trabalho dos parceiros do movimento indígena.

Aquele foi um momento muito importante de união entre os povos indígenas de todo o país. Porém, existiam as diferenças regionais. No Norte, as organizações estavam mais estruturadas e consolidadas, tinham mais experiência, eram maiores e inclusive já executavam ações de governo. A agenda de discussões nesta região era definida pelo movimento indígena. Os parceiros eram convidados. Porém, em outras regiões, a luta ainda era pelo reconhecimento da identidade, com o ressurgimento dos povos do Nordeste, de sua luta pelo território. Nessas regiões, o trabalho dos parceiros, como o Cimi, era mais forte.

3 Em abril de 2000, estava prevista uma série de eventos oficiais para comemorar os 500 anos de “descobrimento” do Brasil, a serem realizados na região de Coroa Vermelha (Bahia), onde aportaram os portugueses em 1500. Estes eventos, que culminariam com a realização de uma grande festa no dia 22 de abril em Porto Seguro, foram resultado dos trabalhos de uma Comissão Nacional Interministerial do V Centenário do Descobrimento, instituída em 1993. O evento teve grande repercussão na mídia e sociedade nacional.

Porém, alguns setores da sociedade nacional, incluindo indígenas, realizaram um movimento de anticomemoração – “Brasil: Outros 500 Resistência Indígena, Negra e Popular” – que denunciava os problemas da exclusão social. Como parte deste movimento, foi realizada a “Conferência 500 anos dos Povos Indígenas do Brasil”, na área indígena Pataxó de Coroa Vermelha, que reuniu mais de mil representantes indígenas no local. Na ocasião, foi realizada a “Marcha Brasil Outros 500”, que tinha o objetivo de entregar um documento do movimento indígena ao presidente da República, que estaria presente nos eventos oficiais. Foi durante esta Marcha que ocorreram os conflitos entre os indígenas e a Polícia Militar da Bahia, que se utilizou de violência generalizada através de agressões físicas, bombas de gás, tiros de balas de borracha etc. O resultado foram dezenas de indígenas feridos e um conjunto de imagens de violência vexatórias para os eventos oficiais e que expuseram os conflitos e contradições históricos do país.

Tínhamos, portanto, duas lógicas de relacionamento com o governo. Uma das organizações do Norte, que já haviam experimentado a relação direta, executando projetos e programas como o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), convênios de saúde, alguns recursos para educação etc. Essas organizações passaram a ocupar espaços que antes eram ocupados apenas pelos parceiros. As OIs assumiram estas responsabilidades. A outra lógica de relacionamento com o governo, vinda de outras regiões, era ainda da luta, da reivindicação, do embate.

Então, qual era a pauta de Coroa Vermelha? As organizações do Norte, articuladas pela Coiab, além dos manifestos, discutiam que tipo de proposta poderiam ser apresentadas para o governo federal. Tínhamos como quase certo um encontro com o presidente da República. Só que a situação das outras regiões, era de retomada, de luta pelo reconhecimento. Muitas vezes os povos destas regiões nem eram reconhecidos.

Aí que começou a divergência de pensamento, inclusive com o próprio Cimi, que era o grande parceiro apoiador das outras regiões. O Cimi encampou esta outra proposta, que recusava a apresentação de demandas para o governo e o encontro com o presidente e queria que o evento fosse apenas de protesto. Então, uma das causas que a gente veio a divergir na Coroa Vermelha era simplesmente o fato de que algumas organizações tinham relações com o governo e outras estavam num momento de embate. E o Cimi, um dos parceiros históricos dos povos indígenas, tomou partido por um dos lados e passou a conduzir as atividades na Coroa Vermelha.

Para completar os problemas, houve toda a confusão e a violência da Polícia Militar. Depois disso, a Coiab e o movimento indígena do Norte se distanciou do Cimi. Agora já retomamos o contato, até porque a forma de condução dos parceiros é bem diferente do que era naquela época.

Toda essa situação criou uma certa “parada para reflexão” em relação ao tipo de ação que estava ocorrendo. O tipo de ação que se faz junto aos povos indígenas. E eu vejo que, de lá para cá, houve uma mudança também na própria estratégia dessas entidades de apoio, entre as linhas mais voltadas para a defesa de direitos e outras que discutem, mas que também tentam apresentar propostas concretas.

Acho que o movimento indígena conseguiu construir essa reivindicação do direito, mas também acompanhado da possibilidade de implementação de projetos e ações concretas pelas próprias OIs. Eu defendi, na época, que as próprias organizações e associações indígenas pudessem, elas mesmas, executar o seu “plano de vida”, seu programa de futuro. E isso se confundiu muito com a transferência de responsabilidade do Estado, principalmente na ques-

tão da Funasa, para as OIs. Entendo também que isso tudo terminou engessando muitas ações indígenas, inclusive sobre a ação das OIs.

Em relação às assessorias, nós temos grandes contribuições principalmente na questão dos territórios. A produção de conhecimento acadêmico, principalmente a antropologia, contribuiu muito e ainda contribui para o processo de demarcação das TIs. Essa produção de conhecimento científico e jurídico é importante para dar garantia aos direitos indígenas. Assim, esse tipo de assessoria não indígena tem cumprido um papel muito importante, em termos territoriais, para os povos indígenas.

Em relação às propostas e atividades do movimento indígena, voltadas para projetos e ações de “desenvolvimento” e construção de um trabalho futuro, também acho que houve algumas iniciativas interessantes e alguns apoios importantes, por parte das assessorias e parcerias de não indígenas.

Porém, agora temos um novo quadro de representantes e técnicos indígenas. Temos os indígenas que fizeram o curso de gestores de projetos, gestores de OIs, formados em universidades e que já passam a assumir responsabilidades. Esses indígenas entendem melhor como funciona o Estado e estão, cada vez mais, ocupando novos espaços. No caso da gerência do PDPI, a garantia de que seja ocupada por um representante indígena foi uma reivindicação do movimento indígena no processo da construção do projeto, atendida e respeitada até o momento pelo MMA.

Agora, vejo que a coisa não está acabada, e que estamos tentando fazer os ajustes necessários. Eu acho que o grande desafio hoje é como essas lideranças e esses técnicos indígenas formados podem construir um processo próprio.

Nesse processo, eu vejo a situação das parcerias como uma soma ao movimento indígena. As assessorias aos povos indígenas estão inseridas na relação com o Estado. Por isso penso que têm de estar preparadas, conhecer muito bem o Estado e seu funcionamento. As assessorias têm de estar qualificadas para ajudar os povos, nos orientando sobre como funciona o Estado e a sociedade nacional.

Valéria Paye Pereira

Em relação às assessorias técnicas, de uns dez anos para cá, nós do movimento indígena destacamos a importância da formação e da qualificação dos nossos próprios parentes⁴ indígenas. Isso tem sido uma grande reivindicação:

4 Parente é o termo pelo qual os representantes indígenas se referem uns aos outros, especialmente num contexto interétnico e intercultural do movimento indígena.

sermos cada vez mais qualificados para podermos ajudar nossos povos. Nesse sentido, principalmente na Amazônia, já tivemos algumas atividades voltadas para qualificar representantes indígenas. O PDPI realizou um curso de capacitação de gestores de projetos indígenas, para que os próprios indígenas formados pudessem ajudar seus povos a elaborar e realizar seus projetos. Realmente não é fácil a construção de projetos, pois praticamente cada linha de apoio, ou cada recurso disponibilizado, tem seus próprios formulários que precisam ser preenchidos. E não é só isso.

Então, é preciso que nossos povos entendam como funciona esse processo de construção, de acesso a esses recursos. Por outro lado, a gente sempre discute a questão dos assessores dentro do movimento indígena. A gente sempre discute sobre a necessidade dos assessores, sejam eles índios, sejam eles não índios. Enquanto nós não tivermos o nosso próprio pessoal capacitado, continuaremos contando com esses assessores.

Em relação à parceria com organizações não indígenas, principalmente na Amazônia brasileira, não temos dificuldade de ter a compreensão da importância desses nossos parceiros, desses nossos aliados. Em certos momentos, quando a gente vai para discussão, embate político, são esses parceiros os que estão sempre ao nosso lado. Eles estão sempre nos apoiando e também ajudando a defender nossos direitos e divulgar a situação na qual os povos indígenas vivem.

Portanto, reconhecemos a importância destas ONGs, que não são indígenas, como nossos aliados e parceiros, nesse processo de luta para a garantia da defesa dos direitos indígenas.

Cássio Inglez de Sousa

Durante as discussões do GT da Abanne, o antropólogo José Pimenta falou sobre a implementação de uma escola diferenciada entre os Ashaninka no Acre, demonstrando as diversas dificuldades que este povo indígena teve para acessar recursos federais. Na exposição, ele argumentou que a burocracia e os requisitos formais são pouco acessíveis para os povos indígenas. Foi também destacada, em diversas apresentações, a resistência, a incompreensão, a inflexibilidade das regras e dos técnicos dos programas de financiamento a projetos indígenas.

Este argumento – também compartilhado por muitos representantes do movimento indígena – expõe uma dificuldade dos programas de apoio, tanto na esfera estadual como na federal, em compreender as especificidades culturais indígenas. Essa discussão chama a atenção para a questão da burocracia dos procedimentos administrativos de acesso e gestão dos recursos financeiros de projetos indígenas.

O que você tem a comentar sobre a adequação – ou falta de adequação – entre as condições burocráticas dessas linhas de financiamentos a projetos indígenas (critérios e exigências de seleção, condições de implementação, regras de prestação de contas etc) e a realidade cultural dos povos indígenas brasileiros?

Euclides Pereira

Um dia Sondra⁵ me perguntou qual foi a real diferença, qual impacto ocorrido quando se indicou um representante indígena para assumir o cargo de gerente técnico do PDPI. Eu disse para ela que a máquina não quer saber se você é índio, se você é branco ou amarelo. O Estado tem uma estrutura e existe uma regra para executar ações e programas dentro dela. O que há de possibilidade, na ocupação desse espaço, é exatamente buscar e trabalhar para construir uma adequação destes programas para a realidade concreta vivida pelos povos indígenas.

Uma coisa é você fazer um discurso: “Atendemos as diferenças, as especificidades de cada lugar do país”, mas na hora de executar os programas você é obrigado a entrar dentro da regra. Acredito que a experiência do PDPI seja um caminho, que está começando agora, para discutir as mudanças destas regras, estabelecendo normas que possam dar maior flexibilidade ao acesso desses programas pelos povos indígenas.

Este é um desafio de médio a longo prazo, porque normalmente os projetos que temos experimentado são experiências muito pontuais, com começo e fim, num determinado tempo e a realidade indígena é bem diferente disso. O tempo das comunidades para executar esses projetos é bem diferente. Mesmo que a gente tenha uma demanda forte das comunidades, muitas vezes demandas reprimidas de acesso a recursos para sanar alguns problemas, o tempo e as regras de execução de projetos são complicados. Mas eu creio que esta é uma discussão que precisa ser construída. Acho que estas discussões podem ser embasadas pelas experiências do PDPI, que têm mostrado um pouco como os povos e as comunidades indígenas reagem a esses projetos, como eles trabalham com eles, como enxergam esta situação.

Portanto, durante esses últimos anos, num período um pouco mais recente, talvez de dez anos para cá, quando nós, indígenas, estamos trabalhando com

5 Sondra Wentzel, perita sênior da GTZ (Cooperação Técnica Alemã) para o PDPI, uma das idealizadoras dos Grupos de Discussão da temática “Povos indígenas, projetos e desenvolvimento” nas reuniões da Abanne e da inserção de representantes indígenas como debatedores.

projetos, acredito que temos elementos suficientes para discutir e subsidiar uma proposta de apoio diferenciado. O caso da saúde indígena, por exemplo, que a gente imaginava que fosse algo diferente, que era uma lei⁶ bastante específica para os DSEI, e sua autonomia. Na prática, estamos vendo o retrocesso dessas discussões todas. A educação indígena tem algum amparo legal, tem normas que diferenciam da educação formal, mas construir “esse diferente” é que está difícil fazer.

Acho que esses conhecimentos gerados de pesquisas sobre povos indígenas e assessorias deveriam nos ajudar a pensar e a construir esse processo prático do “diferenciado”, justamente pegando todas essas informações e experiências trabalhadas, para produzir um panorama diferente. Esta construção passa pela questão da diferença, de como isso vai se dar na relação entre as organizações, os povos indígenas e o Estado. Isto porque, na verdade, o Estado quer tratar todos como iguais, apesar de afirmar que respeita as diferenças. Eu digo que todos são iguais perante a lei, mas é preciso respeitar as diferenças. Por isso, não dá para colocar essas diferenças na execução de projetos dentro das regras que estão definidas.

Valéria Paye Pereira

Essa é uma reivindicação dos povos indígenas, de que o acesso às políticas públicas, aos projetos e aos recursos seja adequado à realidade de cada povo. Na perspectiva do que já falei anteriormente, o que ocorre é que esse acesso, ou a questão da formulação de políticas públicas, é sempre igual para todo mundo, sem respeitar a questão da diversidade. Esse é apenas um dos elementos concretos que os povos indígenas têm de enfrentar no seu dia a dia. Primeiro tem povos

6 A chamada “Lei Arouca” (n. 9.836), de 23 de setembro de 1999, em conjunto com o Decreto n. 3156, de 27 de agosto de 1999, instituíram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. O modelo de gestão então delineado, era coordenado pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa) do Ministério da Saúde e executado nas regiões através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que definia as linhas de atuação a serem seguidas, repassava recursos públicos federais e fiscalizava os gastos efetuados pelas instituições executoras conveniadas (prefeituras, organizações não-governamentais, organizações indígenas etc).

Em 2004, o modelo sofreu algumas alterações, através da edição de portarias (Portaria n. 69 e Portaria n. 70, de 20 de janeiro de 2004), que definiram que a própria Funasa deveria passar a executar as ações do setor, sendo que os parceiros passaram a ter papel apenas complementar. Em 2008, após intensa pressão do movimento indígena, foram deliberadas novas alterações, especialmente a criação de uma secretaria, diretamente ligada ao ministério, exclusiva para lidar com a saúde indígena.

indígenas que não sabem nem falar o português. Então, como é que vão escrever os projetos, se não conseguem sequer falar o português? Isso é apenas uma realidade que a gente vê, principalmente na Amazônia brasileira.

Isso não é só uma realidade dos Ashaninka e é por isso que reivindicamos sempre a especificidade das políticas, respeitando nossa diversidade. Não é por considerar-nos melhores que queremos ser diferentes. Não é isso! Apesar deste ser o discurso que muitas vezes temos de escutar quando participamos de algumas reuniões. Nestas reuniões, argumentamos sobre a importância do cuidado com a diversidade e, muitas vezes, sabemos que essa questão não faz qualquer sentido para os técnicos ou para o próprio Estado brasileiro, pois a burocracia acaba sendo muito mais importante do que a diversidade. A burocracia acaba sendo mais importante que pensar a adequação dessas políticas, de seus acessos à diversidade cultural.

Por isso você nota a grande dificuldade de o Estado conseguir chegar ou conseguir fazer chegar suas ações no campo. A realidade dos povos indígenas nas florestas, nas TIs é uma realidade muito diferente daquela vivida pelo povo da cidade. O próprio Estado brasileiro tem dificuldade de enxergar essa questão. Então, aqueles que menos acessam, que são menos beneficiados pelas políticas públicas, pelo acesso aos recursos públicos, são os povos indígenas.

Ultimamente têm ocorrido pequenas mudanças. Isso tem sido possível, pelo menos em parte, pelo fato de termos conseguido a criação de projetos ou programas específicos para os povos indígenas. Com todos os problemas que já citei, as organizações estão conseguindo acessar projetos e recursos específicos. Antes, éramos colocados “no mesmo saco” com povos e comunidades tradicionais e isso sempre dificultou o acesso aos recursos, que nunca chegavam. Se chegavam, era exatamente porque tínhamos alguns dos nossos parceiros, de nossos aliados, apoiando e acessando os recursos. De outra forma, seria muito difícil ver as organizações dos povos indígenas terem acesso aos recursos.

Então, acho importante este debate sobre a diversidade e a adequação de políticas públicas. Este é um papel a ser desempenhado não só por nós, diretamente interessados, mas vejo nesse debate também a participação da academia e dos acadêmicos que, com o seu papel técnico qualificado, podem influenciar a construção destas políticas. Podem mostrar a importância do tratamento da temática indígena como algo diferente, não como algo diferente por serem os índios melhores, mas por eles serem diferentes.

Cássio Inglês de Sousa

No trabalho que Natália Castelnuovo e Maurício Boivin apresentaram na Abanne, demonstram as condições e, principalmente, as dificuldades de participação das mulheres Guaraní em um projeto apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na província de Salta, Argentina. Por outro lado, Elena Nava abordou a questão da inclusão digital entre os jovens dos Pataxó do sul da Bahia. Nos dois trabalhos, se destaca um importante tema para a reflexão sobre projetos indígenas: a participação de segmentos sociais específicos na implementação de projetos. Além das mulheres e dos jovens, abordados nestas apresentações, podemos falar também das crianças, dos idosos e de outras categorias sociais que geralmente são pouco contempladas nos projetos indígenas. Qual sua percepção sobre a participação desses segmentos diferenciados em projetos indígenas? Quais os principais desafios para ampliar a inclusão social desses segmentos nos projetos?

Euclides Pereira

Hoje há uma grande discussão sobre a questão de gênero e o feminismo. Eu acho que esse não é o caminho, porque se a gente observar alguns povos indígenas, essas categorias são bastante definidas. Tanto as mulheres como os jovens em processo de iniciação têm um papel importante no conjunto da organização social dos povos, mas há projetos que juntam tudo como se fosse o “comunitário”.

Esse é o problema de se estabelecer um projeto sem levar em consideração essas categorias, esses segmentos importantes dos povos indígenas. Projetos que não entendem a importância e a diferença do papel das mulheres, dos jovens, dos idosos na transmissão de conhecimento. Desta forma, estas iniciativas deixam a desejar dentro dos projetos. Nos projetos, são estabelecidas linhas como se todo mundo fosse participar e então são encontradas dificuldade na execução, quando estão ausentes essas outras partes importantes da comunidade e da organização social do povo. Até na própria hierarquia social, como é que isso é levado em conta? Eu não vejo muito o que alguns dizem, que há uma certa exclusão social da participação desses outros segmentos. Mas talvez seja necessário perceber a sutileza de cada povo. Muitas vezes, a gente não consegue enxergar direito cada povo, então os projetos são pensados de forma padronizada.

Se a gente conseguir ter bastante clareza, entender melhor como o povo se organiza, como se estrutura, então imagino que fica mais fácil pensar um programa que possa atender essa demanda toda no conjunto e não simplesmente separar

o segmento de uma comunidade para executar esse plano. Porque, para os povos indígenas, não é só projeto que conta, eles têm um plano de vida mais amplo.

Valéria Paye Pereira

Essas são questões de um conjunto maior, que analiso como sendo, mais uma vez, a reflexão de trazer para dentro das TIs aquilo que, na verdade, está fora delas. É uma questão do Estado brasileiro que pensa desse jeito: “caixinha” de uma coisa, “caixinha” de outra, “caixinha” de outra. É neste sentido que também vejo isso. Primeiramente, nessa grande discussão sobre projetos, se a gente for fazer um debate, é importante novamente considerar e reforçar a diversidade. Os povos indígenas, em sua estrutura organizacional, têm os mecanismos de participação. No que foi mencionado sobre a questão dos Guarani, em relação à participação das mulheres, talvez eles possam ter outros meios de garantir essa participação, seja lá através dos seus maridos, dos seus filhos etc. Acho que esse é o ponto principal que gostaria de destacar. Essa dimensão de, mais uma vez, trazer essa inserção de questões externas para uma discussão interna dos povos indígenas.

Por outro lado, também vejo que, principalmente em relação à Amazônia brasileira, as mulheres indígenas elas próprias têm sentido a necessidade de poder participar mais dentro das discussões da implementação dos projetos em suas TIs. Isso também acontece. Além disso, tem a questão dos idosos que, para os povos indígenas, são os principais atores sociais, são as pessoas mais importantes dentro das TIs.

O que muitas vezes dificulta a participação desses segmentos – como mulheres, idosos etc. – na construção dos projetos, é exatamente porque este processo é extremamente complexo para levar para dentro das TIs. Acho que esse realmente é um dos grandes desafios: como a gente poderia adequar as formas de acesso aos projetos e recursos para a realidade dos povos indígenas?

Pela minha própria experiência, caso os editais e formulários voltados para os povos indígenas estivessem na nossa língua, tenho certeza que todos povos indígenas poderiam ter a sua participação garantida. Portanto, uma questão que dificulta é a falta de tradução. Eu já passei por essa experiência de estar lá, na TI, e de ter de ler e traduzir o formulário para a minha língua. Uma das questões que a gente destaca e propõe, é que é preciso atender, minimamente, é fazer as traduções de documentos para as línguas dos povos indígenas.

Se os povos indígenas são os nossos principais alvos, talvez essa tradução seja um dos passos para um pouco mais de participação da diversidade, representada pelos povos indígenas, na elaboração e execução de projetos. Em relação aos jovens, nesses últimos tempos, todos têm percebido a importância

de que eles acessem os programas ou de tê-los como os beneficiados nesse processo. Vejo nisso um importante resultado do trabalho das mulheres indígenas, que trazem nos seus debates e reivindicações a necessidade de se trabalhar nossos jovens, sempre na perspectiva de que serão eles os próximos a assumirem nossos trabalhos nas comunidades. Então, acho que, de um modo geral, tem essa grande preocupação com os jovens, principalmente por parte das mulheres. É um papel que elas assumiram, de lutar pela inserção e acesso, seja para elas mulheres como também dos jovens, nessa questão dos projetos.

Cássio Inglez de Sousa

Durante nossa conversa, já foi abordada a relação entre a antropologia e os povos indígenas. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira tem uma tese sobre o engajamento político dos antropólogos brasileiros e latino-americanos na defesa dos direitos dos povos indígenas. Ele afirma que, no Brasil e na América Latina em geral, além da pesquisa, os antropólogos têm uma inclinação de se envolverem na luta pelo direito dos povos indígenas.

Por outro lado, Gersem Baniwa afirma que a antropologia é a área de conhecimento ideal para apoiar a construção de políticas públicas indígenas mais adequadas, respeitando a diversidade cultural. Apesar disso, ele afirma que quando os antropólogos são inseridos nas estruturas e nos programas do Estado, não encontram espaços de poder e passam a agir como tecnocratas.

Qual sua visão, como liderança indígena, sobre a antropologia e o trabalho dos antropólogos? Quais têm sido as principais contribuições das pesquisas antropológicas para os povos indígenas? Quais suas recomendações para que a antropologia e seus projetos de pesquisa, bem como o trabalho dos antropólogos, possam contribuir ainda mais para a situação dos povos indígenas brasileiros contemporâneos?

Euclides Pereira

Como eu disse há pouco, vejo que a antropologia tem um papel importante no processo de reconhecimento de direitos, principalmente no processo de demarcação de TIs, mas também na forma de como esse povo se organiza. Acho que a antropologia tem estudos muito interessantes sobre isso. Mas eu vejo assim: qual é a real perspectiva da antropologia, principalmente dos antropólogos, quando trabalham com os povos indígenas? Durante a reunião da Abanne, em 2007, vi a apresentação de uma antropóloga que falava da interpretação, fazia reinterpretação da interpretação indígena e “viajava” muito. Parecia que, de um lado, existiam os povos indígenas reais e concretos, mas vocês antropólogos, daqui de fora, tentam abstrair aquilo e “pensar como é

que o índio está pensando”. Com isso, acho que se perde um pouco a relação com o real.

Não entendo muito bem como se faz isso na academia, mas me pareceu que havia duas linhas de trabalho nessa área. Uma delas é quando o antropólogo está lá, conhece um povo, vive com ele e tenta entender. Chega mais próximo para entender melhor como funciona a organização dos povos indígenas, o que pensam, como interpretam sua realidade. De outro lado, há os antropólogos que fazem teorias sem muito contato, para não se contaminar com o que está lá: “Vamos fazer uma análise neutra e imparcial dessa realidade”. Eu acho que isso termina conflitando, e aí surgem aquelas ideias: “O índio é aquele lá, cultura não pode mudar é uma coisa que sempre fica”.

Por outro lado, existe aquela outra linha que diz: “A cultura é dinâmica. Essa relação que se dá com os municípios, com outros povos vai criando uma nova forma de relação, vai criando novas culturas”. E essa forma de pensar que eu vejo que a gente deveria ter um pouco mais de clareza, quando começa a trabalhar com um povo indígena, principalmente na pesquisa dos antropólogos. Deve ser baseada muito mais na linha de ação mesmo, da vivência com esse povo, porque não dá para acreditar muito como as pessoas pensam em fazer pesquisas estando distantes, sem envolver-se com a realidade concreta. Como ela vai sentir a reação do povo? Eu acho que é naquele dia a dia que você percebe com clareza como se dá essa relação.

Não sei se essas duas linhas são alinhadas. Eu acho um pouco complicado. Cada um tem sua perspectiva de pesquisa diferente. Acredito que, dentro da ideia, trabalhar a gestão do território depois da demarcação, é ainda importante realizar uma reflexão sobre como se trabalhar com esse território, como será a utilização dos seus recursos naturais em terras que já não são mais terras de antigamente, terras grandes, salvo algumas exceções. Como é que esse povo vai se relacionar com aquele território, que ele tem hoje? Como vai realizar a gestão desse território e das relações com a sociedade nacional, com o município no qual a terra está inserida? Então, acho que precisamos realizar uma discussão de perto e que leve em conta essa nova situação. Essa discussão precisa ser realizada com as OIs que tentam, de certa forma, trazer os anseios dos povos para apresentar para o governo.

Quando estamos fora do governo, pensamos e agimos de forma diferente, até porque tem mais espaço. Uma vez que você está dentro da máquina, você vai trabalhar como sistema, da forma como é obrigado a fazer. Em relação à gerência indígena do PDPI, por exemplo, falei ao Marcos Apurinã (atual coordenador da Coiab): “Marcos, eu estou lá e já estou virando um pequeno burocrata”. Porém, temos de aproveitar esse espaço que é uma conquista. A gente tem de

aproveitar para chamar uma discussão mais ampla. Tenho sempre reclamado, como gerente indígena do PDPI, que sentia um pouco a ausência do movimento indígena, principalmente da Coiab, nas discussões da execução PDPI.

Uma coisa é você discutir o projeto e suas formulações, construir esse projeto. Porém, a participação não se encerra com isso. É preciso acompanhar o que vai acontecer na sua execução e quais as mudanças que ocorrerão durante o processo. Digamos se o projeto tem execução de dez anos, nesses dez anos, se tivesse mais participação, envolvimento maior do movimento indígena, poderíamos aproveitar essas experiências, fazer um debate mais sério. A gente poderia estar construindo algo mais claro em termos do que se espera para um programa de governo junto aos povos indígenas.

Valéria Paye Pereira

Acho muito importante essa questão da participação e do envolvimento de pessoas, de antropólogos na luta pelos direitos indígenas. Isso é real no caso da própria Associação Brasileira de Antropologia, a ABA, em nível do Brasil. A ABA foi uma das entidades apoiadoras que nos ajudou a conquistar e a garantir os nossos direitos na Constituição. A ABA foi uma entidade muito importante. Então, houve a participação de antropólogos, de sua entidade nesse processo.

Porém, o que a gente consegue ver nesse debate antropológico, que eu também pude observar durante minha participação no Congresso da ABA, é que, apesar de estudarem, de serem os conhecedores dos povos indígenas, parece que os antropólogos realmente não conseguem transformar esse conhecimento em uma ajuda de fato, para que seu conhecimento possa representar uma contribuição na perspectiva de construção de uma política pública mais ampla. É difícil que o conhecimento antropológico possa ser realmente algo orientador nessa construção de políticas. Nesse sentido, consigo entender o que Gersem Baniwa falou, que é exatamente isso. A antropologia, os antropólogos, os seus estudos são de extrema importância para nós, povos indígenas, porém parece que, com tudo isso, a gente não consegue ver essas orientações ou esses estudos orientando os formuladores das políticas. Fica uma sensação de que são estudos que ficam por ali, engavetados, nas estantes da academia e pronto, e que não são aproveitados para contribuir e poder mostrar a questão da diversidade cultural indígena.

Por outro lado, eu ainda não tinha feito a reflexão nessa perspectiva de que, quando os antropólogos assumem esse papel de gestores no governo, não conseguem colocar seu conhecimento em prática. Do jeito que eu imagino que o Estado seja, acho que a burocracia é tão pesada, que as pessoas acabam

se inserindo nela. Isso eu vejo também quando nossas próprias lideranças indígenas são postas em determinados cargos no Estado: como eles são absorvidos por essa burocracia e como ninguém consegue mudar isso!

Eu acho que esse é o grande desafio para todos nós. Como é que podemos mudar de fato essa situação? Como podemos garantir que esse processo de construção de políticas seja realizado com um olhar que respeite a diversidade? Como garantir que o burocrático seja menos valioso, ou que pelo menos a gente o equipare aos valores da diversidade para que, com isso a gente possa dar o próximo passo.

Eu acho que é isso. Talvez a academia e os antropólogos no seu conjunto maior pudessem nos apoiar mais nessa luta. Acho que é uma realidade da entidade e não de pessoas. Porque, se a gente for pensar só em pessoas, será uma frustração para todos nós.

Cássio Inglês de Sousa

É comum observarmos antropólogos participando de assembleias, reuniões e eventos indígenas. A experiência de ter debatedores indígenas no GT “Povos indígenas, projetos e desenvolvimento”, na reunião da Abanne, um evento de antropólogos, representa uma situação inversa. Além disso, como debatedores, a participação dos representantes indígenas teve toda a legitimidade e o poder para debater e comentar as reflexões dos antropólogos. Como você avalia sua participação, como representante, indígena dentro de uma reunião de antropólogos? Quais suas sugestões para melhorar a participação indígena dentro deste tipo de evento?

Euclides Pereira

Nós temos dois polos bastante diferentes. Temos o conhecimento muito científico, acadêmico e de estudo. Isso, contudo, não exclui, não elimina a participação indígena. A gente, que participa dos congressos mais acadêmicos, acho que a gente tem muito a contribuir. Qual é a visão do índio? O que ele pensa? Como ele analisa essa situação? Como reage a esses contatos a esses debates? Seria muito bom se a gente pudesse trazer um pouco mais de outras experiências indígenas e se tivesse a possibilidade que outras lideranças indígenas pudessem expor a forma como veem todas essas questões. Porque, na verdade, os antropólogos estão lá, falam de um determinado povo, mas aquele povo não está participando.

Na assembleia da Coiab, Pedrinho Tikuna levantou a questão da necessidade de discutirmos o pensamento dos povos indígenas. Como pensamos a utilização dos recursos naturais, como nos organizamos, como agimos, como

nos comportamos e assim por diante. O que ele coloca em debate é a necessidade de construção do pensamento indígena sobre a sua realidade.

A gente fica discutindo o estatuto dos povos indígenas, mas você tem o estatuto da utilização da terra construído há milhares de anos pelos povos indígenas. Ele reclamava exatamente disso: a necessidade de se falar a linguagem e o pensamento indígenas.

Por isso, acho que se a gente conseguisse trazer outras lideranças indígenas com suas experiências, como debatedores para essas reuniões acadêmicas, seria muito interessante e contribuiria, com certeza, nesse espaço maior de discussões, porque aí teríamos várias outras pessoas que trabalharam experiências diferentes e poderiam também dialogar com esses conhecimentos dos povos indígenas.

Para finalizar, essa discussão do tema “Povos indígenas e projetos de desenvolvimento” pode ajudar também na construção e reorganização do próprio movimento indígena. Tomo como exemplo a Coiab, na Amazônia, que tem uma estrutura com coordenador, vice, tesoureiro e secretário. Porém, talvez pudessem ser pensadas coordenações de gestão ambiental, das ações políticas sociais, de política indigenista etc. Desta forma, teríamos os temas principais sendo trabalhados em coordenações específicas e assim poderíamos discutir com mais clareza, com mais profundidade o que entendemos e o que queremos com o desenvolvimento.

Poderíamos pensar, também, nesses projetos e na grande pressão para a implementação de programas do governo que têm impacto direto nas TIs, como as hidrelétricas, as estradas, a transmissão de energia. Tudo isso passa pelas TIs e a gente sempre está correndo atrás do prejuízo para reparar isso, reparar aquilo. Acho que essa questão poderia ser abordada para se encontrar a forma de esses impactos não serem tão ruins, não causarem tantos prejuízos aos povos indígenas. Portanto, o movimento indígena ainda não tem uma política clara sobre como esses benefícios para alguns podem efetivamente contribuir também para os povos indígenas.

Valéria Paye Pereira

Eu acho que isso é uma iniciativa bastante positiva. O grupo que teve essa ideia deve continuar com essa importante iniciativa. Em alguns momentos, quando participamos das discussões, o que a gente vê é exatamente o que já comentei, ou seja, das pessoas “viajarem” um pouco. A academia é um pouco esse espaço. Acho que o nosso papel – como lideranças indígenas – é exatamente na perspectiva de trazer as discussões e os antropólogos um pouco mais para a prática. Vamos sonhar, mas vamos pensar na realidade também!

Foi isso que senti na reunião da Abanne. A importância de nós estarmos presentes, mesmo se, em alguns momentos, a gente fique um tanto angustiada, mas podemos nos manifestar. As pessoas apresentam os seus estudos, mas a gente também pode colocar nossa opinião, nosso ponto de vista. E assim, nesses espaços, a gente pode se manifestar, pode trazer a reflexão também para uma realidade mais prática.

Enfim, essa participação reforça a importância do intercâmbio entre diferentes mundos. Os acadêmicos, de todos os níveis, fazem seus trabalhos sobre os povos e comunidades indígenas. Na nossa perspectiva de lideranças indígenas, acho importante trazer a academia mais para perto das comunidades indígenas, para perto dos seus problemas. Esse trabalho é importante não só na antropologia, mas nas demais áreas, porque o que a gente vê, muitas vezes, com vários profissionais que trabalham com os povos indígenas, são profissionais de gabinete, que não conhecem a realidade indígena de fato.

Então, acho que essa troca de experiência, de idas e vindas, é de extrema importância para todos nós. Isso só tem a contribuir na perspectiva de melhorar a participação, de qualificar as reuniões, os encontros de áreas de conhecimentos específicos, das entidades diversas, assim como foi nossa experiência com a antropologia. Isso é muito positivo e deveria continuar na ABA. De minha parte, sempre que tiver oportunidade, sempre que souber dos encontros, estou interessada em continuar participando, sempre nessa perspectiva de contribuir para as discussões. Participação não só como convidada! Além disso, que esses eventos também possam ser mais abertos à participação de representantes das comunidades indígenas em geral.

